SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA
DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretor Executivo da
SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura ("SP Leituras" ou "Associação"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 – Entidade sem finalidade de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) – Entidade sem finalidade lucros".

Base para opinião das demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Incerteza sobre a capacidade de continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (recursos vinculados)	3	4.839	6.832
Outros créditos	4	81	293
Despesas antecipadas		52	22
		4.972	7.147
Não circulante			
Outros créditos	4	61	61
Imobilizado	5	2.280	2.346
Intangível	5	18	21
		2.359	2.428
Total do ativo		7.331	9.575

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	6	725	789
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.293	1.316
Obrigações tributárias	8	130	108
Adiantamento Fornecedores		-	8
Projetos a executar - contrato de gestão | outros	9	1.162	3.748
		3.310	5.969
Não circulante			
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	10	2.296	2.364
		2.296	2.364
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		1.242	860
Superávit do exercício		483	382
		1.725	1.242
Total do passivo e patrimônio líquido		7.331	9.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Atividades culturais			
Receita operacional líquida			
Recursos governamentais – contrato de gestão	18	29.092	29.608
Recursos vinculados	18	979	799
Doações de livros		263	358
Locação de espaços		218	391
Financeiras		984	661
Outras		65	32
Voluntários/parcerias	17	299	221
Total das receitas vinculadas		31.901	32.071
Despesas vinculadas			
Salários, encargos e benefícios	12	(12.165)	(13.293)
Serviços prestados por terceiros	13	(3.724)	(3.531)
Água, luz, telefone e internet		(915)	(592)
Licença de uso de plataforma | Licença de uso de acervo	14	(3.013)	(4.671)
Gerais e administrativas	15	(1.055)	(1.145)
Manutenção e conservação predial		(1.061)	(1.135)
Programação | Programas	16	(7.865)	(5.889)
Acervo bibliográfico		(725)	(517)
Impostos, taxas e contribuições		(175)	(144)
Financeiras		(253)	(184)
Depreciação e amortização		(650)	(749)
Voluntários/Parcerias	17	(299)	(221)
Total das despesas vinculadas		(31.901)	(32.071)
Receitas operacionais não vinculadas			
Financeiras		183	88
Outras		386	327
Total das receitas não vinculadas		569	416
Despesas operacionais não vinculadas			
Gerais e administrativas		(31)	(13)
Impostos, taxas e contribuições		(16)	-
Financeiras		(37)	(19)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Total das despesas não vinculadas		(86)	(34)
Superávit líquido do exercício		483	382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Superávit líquido do exercício	483	382
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	483	382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	411	449	860
Incorporação do Superávit	449	(449)	-
Superávit do exercício	-	382	382
Saldos em 31 de dezembro de 2024	860	382	1.242
Incorporação do Superávit	382	(382)	-
Superávit do exercício	-	483	483
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.242	483	1.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	483	382
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	651	750
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	(67)	(455)
	1.066	677
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	212	(42)
Despesas antecipadas	(30)	20
Fornecedores e outras contas a pagar	(72)	(361)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(23)	(154)
Obrigações tributárias	22	33
Projetos a executar - Contrato de Gestão	(2.586)	(809)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(1.410)	(637)
Das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(582)	(294)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(582)	(294)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.993)	(931)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.832	7.763
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.839	6.832
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.993)	(931)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura – SP Leituras, também denominada "Associação" ou "SP Leituras", é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 23 de junho de 2010, regida por seu estatuto social e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A SP Leituras tem objetivos de natureza sociocultural, literária e educacional, consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira para gerenciar equipamentos culturais, desenvolver programas, projetos, ações de incentivo, disseminação da leitura e literatura, ampliação, formação do público leitor, fomento e manutenção de espaços de leitura, de acordo com o artigo 2º, I, "a", da LC 846/98.

Para alcançar seus objetivos poderá a SP Leituras:

a) Promover campanhas de esclarecimento junto à comunidade para fomentar a cultura de valorização da leitura, destacando sua importância na construção da cidadania, de modo a mobilizar a opinião pública para garantir acesso gratuito às coleções e espaços de leitura, bem como para participar ativamente das atividades;
b) Desenvolver, realizar, patrocinar e promover cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais, estudantes, entidades e Poder Público ligados às áreas de leitura, bibliotecas e correlatas;
c) Promover o gosto pela leitura por meio da instalação e manutenção de espaços permanentes de leitura (bibliotecas e salas), assim como criar atividades voltadas para aproximar os cidadãos dos mais diferenciados suportes de escrita e leitura nestes equipamentos ou em espaços menos convencionais (parques, praças, unidades móveis, hospitais, entre outros);
d) Executar ações de treinamento, capacitação, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos nas áreas de leitura e biblioteca, incentivando a sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional;
e) Produzir, publicar e divulgar materiais impressos ou eletrônicos que contribuam para o incentivo à leitura, disseminação da literatura, apoio às atividades de mediação da leitura e/ou fortalecimento de bibliotecas e salas de leitura;
f) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da SP Leituras;

g) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual, municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes a área de leitura e biblioteca;
h) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de acervo e divulgação do patrimônio de leitura e biblioteca do Estado e da SP Leituras;
i) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos;
j) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área de biblioteca e leitura;
k) Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos, cujo uso for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado seu uso de forma diversa para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Atualmente, de acordo com o Contrato de Gestão firmado em 1º de abril de 2021 com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, a Associação é responsável pela gestão dos seguintes equipamentos, projetos e programas públicos:

- Biblioteca de São Paulo (BSP);
- Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL);
- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB);
- Centro Cultural de Estudos Superiores Authos Paganos (CCAP);
- Biblioteca Pública Digital – (BibliON).

Tanto a BSP quanto a BVL foram finalistas de prêmios internacionais de excelência no segmento.

O Percurso Mata Atlântica projeto executado pela SP Leituras em 2025, é uma iniciativa da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo que transforma o entorno da Biblioteca Parque Villa-Lobos em um espaço de regeneração ambiental e educação socioambiental.

Implantado em área antes impermeabilizada, o projeto integra arquitetura sustentável, Soluções Baseadas na Natureza e engajamento comunitário. Seu eixo é um sistema inovador de manejo de água, com a criação da primeira "floresta freática" urbana registrada, que capta e reutiliza água da chuva para reduzir o consumo de água potável, aumentar a resiliência climática e mitigar alagamentos.

Inclui o plantio de 1.400 mudas nativas da Mata Atlântica, horta agroecológica, viveiro e biblioteca de sementes. Também amplia o conceito de acervo ao tratar a natureza como "livro vivo", promovendo letramento ambiental por meio de sinalização interativa, oficinas e programação cultural integrada ao acervo da biblioteca.

A revitalização e gestão da biblioteca corporativa da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) uma das maiores empresas de saneamento do mundo em número de pessoas atendidas, também está sob a responsabilidade da SP Leituras.

Selo de Igualdade Racial 2025

A SP Leituras recebeu o Selo de Igualdade Racial 2025, concedido pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A certificação reconhece instituições privadas que adotam políticas afirmativas de promoção da igualdade étnico-racial, especialmente no ambiente de trabalho. Instituído pela Lei Municipal nº 16.340/2015 e regulamentado pelo Decreto nº 57.987/2017, o selo valoriza organizações comprometidas com a equidade racial.

O reconhecimento reforça o compromisso da SP Leituras com diversidade, inclusão e direitos humanos, alinhado à sua atuação na promoção do acesso democrático à informação, à cultura e ao conhecimento.

Impactos da reforma tributária para a instituição SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que promoveu alterações estruturais no Sistema Tributário Nacional. Prevendo regras transitórias no ADCT para substituição gradativa de ICMS/ISS/PIS/COFINS/IPI pelos novos tributos.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

A imunidade relativa a patrimônio e receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades: COFINS e IRPJ/CSSL sobre seu resultado (superávit), incluindo entidades beneficentes e templos de qualquer culto, foi mantida pela EC 132/2023 (OSCIPs ou Organização Social). Todavia, a imunidade não abrange, em regra, atividades econômicas/acessórias não vinculadas diretamente às finalidades essenciais, as quais podem se sujeitar a IBS e CBS sob a LC 214/2025. Consequentemente, as organizações sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão. Trazendo a necessidade de separação contábil e fiscal entre atividades essenciais (potencialmente imunes) e atividades não essenciais (tributáveis). Nesse contexto, receitas provenientes de eventos pagos, venda de produtos, serviços cobrados ou outras atividades acessórias podem ficar sujeitas a IBS e CBS sob a LC 214/2025. Os impactos esperados representam o possível aumento de carga tributária. Encontram-se em andamento a implementação plena do novo sistema que depende de normas complementares (em especial do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal). A administração atua no mapeamento de receitas e despesas por natureza e finalidade (essencial vs. não essencial) visando diretrizes para compliance IBS e CBS, cadastros e regras de crédito e discussões com TI para atualização de ERP/fiscal e automação de obrigações acessórias necessárias.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002 (R2) - Entidades sem finalidades de lucros", também da NBC TG "1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 R1 – Entidade sem finalidade de lucros".

As presentes demonstrações contábeis seguem para análise e aprovação do Conselho Fiscal da Associação e serão apresentadas, em 04 de março de 2026, ao Conselho de Administração.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como premiações e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e consequentemente não foram auditados.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real (R$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros, como por exemplo:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 5);
- Mensuração de provisões para contingências (Nota Explicativa nº 11).

(c) Apuração do superávit/(déficit) e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os Recursos vinculados compreendem valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado no Contrato de Gestão. Estes recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante;

- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão, são reconhecidas as despesas correspondentes em contrapartida ao passivo circulante, e são reconhecidas as receitas de Contrato de Gestão em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- Rendimento de aplicações financeiras: quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos vinculados é reconhecido a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de receita financeira, e em projetos a executar no passivo circulante ao longo do exercício.

(d) Doações

As doações recebidas pela Associação são, preponderantemente, materiais bibliográficos (livros) e são registradas na ocasião de seu recebimento em conta de receita. Esses livros são distribuídos e contabilizados em despesas por valor semelhante ao de seu acolhimento.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, e são representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. São apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

(f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação, efetuada no reconhecimento inicial, depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram contratados.

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2025 e 2024.

(g) Imobilizado e intangível

Os itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação ou amortização acumulada, baseada no método linear de taxa com relação às vidas úteis estimadas, mencionadas na Nota Explicativa nº 5, e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

A Associação reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculados em contrapartida à obrigação não circulante para com o Estado, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

(h) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(j) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, as vidas úteis estimadas não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

A associação reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculado em contrapartida à obrigação não circulante com o Estado.

(k) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

(l) Recursos vinculados e crédito de projetos a executar

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC); pelos contratos firmado em 1º de abril de 2021, com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo e em 05 de agosto de 2025, com a Sabesp.

Os montantes ainda não utilizados desses projetos ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação, conforme o caso.

(m) Recursos do Contrato de Gestão

Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do Contrato de Gestão nº 01.2021, ou quando já foram assumidos compromissos financeiros como despesas antecipadas e outros créditos e que ainda não foi reconhecida a respectiva receita.

(n) Provisões

A provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a Associação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(o) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(p) Patrimônio líquido

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

(q) Apuração do superávit (déficit)

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja, quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas de bens e direitos, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

A receita de cessão de espaço é reconhecida mensalmente pelo valor pactuado em contrato, sendo as mesmas realizadas por transferências bancárias.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas, são contabilizadas observando o regime de competência do exercício.

(r) Acervo bibliográfico – mudança de prática contábil

A partir do exercício de 2012, a Associação adotou a prática contábil de reconhecimento dos itens referentes ao acervo bibliográfico, adquiridos para a Biblioteca, diretamente em despesas, conforme previsto no artigo 18 da Lei nº 10.753/2003 e na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2011 (válida para 2012), para bibliotecas públicas.

(s) Impostos

A Associação é isenta do pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, e do pagamento da COFINS. Todavia, é devida a contribuição de 1% sobre a folha de pagamento mensal relativa ao PIS.

(t) Gerenciamento de risco

A Administração tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos enfrentados, e definir as ações a serem tomadas. A Associação apresenta exposição ao risco de liquidez, risco de não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, caso receba os recursos financeiros vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de penalidade ou mudança de diretrizes da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Além da constituição de fundos contratuais, a abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

(u) Receitas com trabalhos voluntários e parcerias

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R2) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Parcerias são possibilidades de maior oferta de serviços para nossos usuários, sócios das bibliotecas e profissionais da área de biblioteconomia, sendo mensurado ao seu valor justo também levando em consideração os montantes que a SP Leituras haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	4	6
Recurso Não Vinculado	43	-
Recursos Vinculados	-	7
Caixa e Conta Corrente	47	13
Fundo de Reserva a Contingência	1.504	3.546
Recurso Não Vinculado	1.676	1.223
Recursos Vinculados	1.612	2.049
Aplicação Financeira	4.792	6.819
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.839	6.832

Os recursos vinculados são relativos a projetos de Contrato de Gestão e leis de incentivo e referem-se, substancialmente, a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados. Os recursos não vinculados são, substancialmente, os recebidos pela prestação de serviços para o Projeto Sabesp e por doações recebidas de pessoas físicas, que são utilizados para gastos não relacionados ao contrato de gestão, e leis de incentivos.

As aplicações financeiras são, substancialmente, renda fixa referidas a taxa CDI, em condições usuais de mercado na data do balanço, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Em 2025, as aplicações em fundos de investimento do Banco do Brasil S.A. tiveram remuneração aproximadamente de 90% do CDI (89% da taxa CDI em 2024) respectivamente. Em atendimento às cláusulas do Contrato de Gestão, as aplicações financeiras são realizadas exclusivamente no Banco do Brasil.

Esses investimentos referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Cultura Economia e Indústria Criativas, e os do Contrato nº 4600033148 de Prestação de Serviço para o projeto Biblioteca Sabesp para utilização nos projetos previstos nos planos de trabalho e constituição de fundos conforme o Contrato de Gestão nº 01/2021, e aos recursos recebidos pela prestação de serviços e doações não vinculados aos projetos.

4. Outros créditos (circulante e não circulante)

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos	78	114
Depósitos Recursais	-	176
Depósito Caução	3	3
Seguro fiança	61	61
	142	354
Circulante	81	293
Não Circulante	61	61
	142	354

5. Imobilizado e intangível

		31/12/2025			31/12/2024
	Taxa a.a	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	5.935	(4.002)	1.933	1.915
Instalações	10%	5	(5)	-	-
Móveis e utensílios	10%	3.631	(3.348)	283	246
Benfeitorias	10%	4.762	(4.698)	64	184
Imobilizado		14.332	(12.052)	2.280	2.346
Marcas e patentes		7	-	7	7
Software	20%	313	(301)	12	14
Intangível		319	(301)	18	21

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	5.426	509	-	5.935
Instalações	5		-	5
Móveis e utensílios	3.558	73	-	3.631
Benfeitorias	4.762	-	-	4.762
Marcas e Patentes	7	-	-	7
Software	313	-	-	313
Custo	14.070	582	-	14.652
Máquinas e equipamentos	(3.510)	(492)	-	(4.002)
Instalações	(5)	-	-	(5)
Móveis e utensílios	(3.312)	(36)	-	(3.348)
Benfeitorias	(4.578)	(120)	-	(4.698)
Software	(298)	(3)	-	(301)
Depreciação/Amortização Acumulada	(11.703)	(651)	-	(12.353)
	2.367	-68	-	2.299

O ativo imobilizado e o intangível da Associação estão integralmente localizados no Brasil e são empregados exclusivamente em suas atividades vinculadas ao Contrato de Gestão.

Em 2011, além das aquisições realizadas no período, foram recebidos em forma de transferência da Secretaria da Cultura Economia e Indústria Criativas, itens de imobilizado e intangível referentes a Biblioteca de São Paulo, administrada anteriormente por outra Organização Social, os quais foram reconhecidos em contrapartida à conta de obrigações com o Estado, no passivo não circulante.

As adições ocorridas posteriormente foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização dos projetos e para o atendimento ao Contrato de Gestão. O departamento de Almoxarifado e Patrimônio da SECEIC realizou a vistoria e o levantamento de todos os bens adquiridos pela SP Leituras, finalizado em 2022, juntamente com os bens recebidos da SECEIC na assinatura do primeiro contrato de gestão, assinado em 1º de abril de 2011, para a emissão do Termo de Permissão dos Bens Móveis, emitido em 10 de fevereiro de 2023.

6. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	725	782
Seguros a pagar	-	7
	725	789

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias e encargos sociais	930	929
INSS a recolher	190	207
FGTS a recolher	67	65
PIS sobre salários a recolher	5	11
IRRF sobre salários a recolher	92	104
Outros	8	1
	1.293	1.316

8. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins a recolher	61	67
INSS sobre Fornecedores	46	16
ISS sobre prestadores	11	8
IRRF a recolher	12	17
	130	108

9. Projetos a executar

Em 2025, as movimentações incorridas nas execuções dos projetos foram as seguintes:

Projetos	31/12/2024	Repasses	Captações	Rendimentos	Execução	Imobilizado	Outras	31/12/2025
Contrato de Gestão (01/2021)	3.043	26.558	836	921	(30.849)	58	(77)	489
Plano Anual - Pronac 239808	237	-	-	4	3	6	(250)	-
Plano Anual - Pronac 248308	427	-	-	46	(655)	-	250	68
Plano Anual - Pronac 257092	-	580	-	2	(1)	-	-	581
Projeto Sabesp	41	791	-	11	(824)	4		24
	3.748	27.929	836	984	(32.325)	67	(77)	1.162

- Captações: Referem-se aos montantes captados como contrapartida do Contrato de Gestão nº 01.2021 pela cessão de espaço/outros dos equipamentos gerenciados pela instituição ao longo do exercício e ao valor recebido do projeto Sabesp, que se refere à prestação de serviços.
- Rendimentos: referem-se ao rendimento bruto das aplicações financeiras dos recursos que são reconhecidos no ativo em contrapartida ao resultado financeiro, e auferidos ao longo do exercício em projetos a executar;
- Execução: referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos e programas ao longo do exercício, previsto no plano de trabalho de 2025.
- Pronac 239808: O Plano Anual SP Leituras 2024 contempla dez projetos culturais com o objetivo de promover a leitura e a literatura, por meio da manutenção, atualização e ampliação dos acervos das bibliotecas, oferta de capacitação para profissionais de biblioteca, eventos literários, programas e programação cultural ampla e gratuita para todos os públicos e faixas etárias (com classificação indicativa).
- Pronac 248308: O Plano Anual SP Leituras 2025 contempla nove projetos culturais com o objetivo de promover a leitura e a literatura, por meio da oferta de acervo literário, cursos, capacitações, exposição de artes, programas e programação cultural ampla e gratuita para todos os públicos.
- Pronac 257092: O Plano Anual SP Leituras 2026 tem como objetivo apoiar, de forma contínua, as atividades da SP Leituras por meio de nove ações culturais gratuitas, voltadas à promoção da leitura, da literatura e do conhecimento.
- Projeto Sabesp: Prestação de serviços de Gestão da Biblioteca da Sabesp por um período de 30 meses – Ago-2025 a Jan-2028

10. Obrigações com o Estado – imobilizado e intangível

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado e intangível vinculado ao Contrato de Gestão.

O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar no passivo circulante, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida das rubricas de despesa de depreciação e amortização:

Saldos em 31/12/2024 (R$)	Aquisições	Baixas	Depr./amort.	Saldos em 31/12/2025 (R$)
2.364	582		(651)	2.296

11. Provisão para riscos processuais

A Associação é parte em processos administrativos e judiciais, dentre os quais a Administração, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos estabelece o registro e divulgação dos referidos processos em suas demonstrações contábeis. Durante o exercício de 2025, não houve provisões de perdas prováveis.

a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura conhece o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 16.127/2015, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, entendendo que as atividades materializadas em razão do Contrato de Gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo não representam uma prestação de serviços, propriamente dita, mas uma extensão das ações do próprio Estado, de forma que não é devido o recolhimento de ISS (Imposto sobre prestação de serviços). Além disso, entende que a SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura é responsável pela gestão e operacionalização de equipamentos culturais, desenvolver programas, projetos, ações de incentivo, disseminação da leitura e literatura, ampliação, formação do público leitor, fomento e manutenção de espaços de leitura, devendo ser observada, nessa hipótese, a redação do artigo 150, inciso IV, alínea 'c' da Constituição Federal.

Ações com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade registrava processos cuja probabilidade de perda no montante de R$ 568 (R$ 24 em 2024) é considerada possível por seus assessores jurídicos. Por esse motivo, a administração não lançou esse valor nas demonstrações financeiras da entidade.

b) Análise de prestação de contas

A organização recebe anualmente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para análises das prestações de contas dos valores repassados para a organização através do Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura Economia e Indústria Criativas.

Referente ao Contrato de Gestão 01.2021, o período de janeiro a dezembro de 2024 encontra-se em verificação pelo Tribunal de Contas do Estado.
As prestações de contas de todos os exercícios anteriores foram auditadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

12. Salários encargos e benefícios

	31/12/2025	31/12/2024
Salário	5.784	6.478
Encargos Sociais	2.816	3.005
Férias e 13º salário	1.314	1.441
Assistência Médica	1.031	1.087
Vale refeição e alimentação	11	815
Rescisões	232	252
Vale transporte	861	88
Assistência Odontológica	52	65
Outros	64	63
	12.165	13.293

13. Serviços prestados por terceiros

	31/12/2025	31/12/2024
Contábil	183	212
Jurídico	203	132
Auditoria	38	37
Conservação e Limpeza	1.502	1.123
Portaria	899	984
Segurança	588	340
Consultoria e Assessoria	252	633
Outros	59	70
	3.724	3.531

14. Licença de uso de plataforma | licença de uso de acervo

A BibliON - biblioteca pública digital, para cumprir com seus objetivos oferecendo recursos e serviços a toda comunidade, reuniu, sistematizou e disponibilizou informações existentes em acervos bibliográficos e conteúdos digitais. Para a continuidade e a melhoria dos serviços mencionados acima é imprescindível a aquisição contínua de licença de uso de conteúdos digitais (livros e conteúdo em áudio e imagem) em acordo com a política de desenvolvimento de coleções. A empresa PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA, foi contratada para disponibilizar a licença de uso da plataforma Odilo e também a licença de uso dos conteúdos digitais.

	31/12/2025	31/12/2024
Licença de uso de plataforma / Licença de uso de acervo	3.013	4.671
	3.013	4.671

15. Gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Locação de imóveis	258	243
Seguros	-	70
Uniformes e EPIs	4	-
Viagens e estadias	14	47
Material de consumo e escritório	4	264
Doações de livros	263	319
Despesas diversas	513	202
	1.055	1.145

16. Programação I Programas

	31/12/2025	31/12/2024
Permanentes	294	322
Oficinas	530	113
Cursos	7	181
Eventos	7	362
Circuito de cursos e palestras	-	44
Seminário internacional de bibliotecas	450	413
Praler	95	143
Grupos de estudos	29	3
Prêmio SP de literatura	305	450
Viagem literária	412	665
Capacitações	44	121
Capacitações virtuais	-	11
Clube de leitura	177	88
Podcast	-	117
Encontro com escritores	-	26
Jornada literária	35	69
PRONAC nº 239808	643	944
Comunicação	1.478	1.817
BiblionCast	54	-
Readequação do Espelho D´Água / Projeto Percurso Mata Atlântica	3.305	-
	7.865	5.889

17. Trabalho voluntário | parcerias

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalho voluntário	92	76
Parcerias	208	145
	299	221

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Associação registrou o montante de R$ 92 referente a trabalhos voluntários.

No Exercício de 2025 houve participação de 10 conselheiros, sendo que foram realizadas no total 605 horas de voluntariado:

Cargo	Quantidade	Salário referência (R$/mil)	Salário hora (220hs/mês) (R$/mil)	Total de horas no exercício	Total (R$/mil)
Presidente do Conselho	1	48	0,22	130	28
Conselheiro (fiscal)	3	26,5	0,12	145	17
Conselheiro (administração)	1	40,5	0,18	55	10
Conselheiro (administração)	6	28,5	0,13	275	36
Total				605	92

A receita de parceria está representada pelo acesso ao acervo digital de áudio livros e e-books disponibilizados em site específico da TOCALIVROS, um portal digital desenvolvido especialmente para esta parceria, ainda, foi realizada a parceria com a empresa Luara Teixeira de Almeida, para a realização do evento da Festival de Literatura Jovem da PUC , durante o evento a cada 10 livros comercializados 1 livro foi doado para o acervo da BVL, também foi feita a parceria com a empresa Laborit Tecnologia e Produtos Digitais que realizou um evento na BVL e ofereceu três palestras sobre inteligência artificial e tecnologia sustentável, organizada pela área da programação da BVL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Associação registrou o montante de R$ 208 referente a parcerias.

18. Receitas do Contrato de Gestão

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato nº 001/2021	29.092	28.723
Plano Anual - Pronac 204209	-	(3)
Plano Anual - Pronac 239808	(7)	890
Plano Anual - Pronac 248308	608	(2)
Plano Anual - Pronac 257092	(1)	
Projeto Sabesp	379	799
	30.071	30.406

19. Partes Relacionadas

A Associação não contratou para a realização de atividades e serviços relativos aos programas e projetos, durante os exercícios de 2025 e 2024, nenhum de seus conselheiros, diretores, empregados, colaboradores habituais, e seus parentes, consanguíneos ou afins até o terceiro grau do Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e Secretários, nem sofreu intervenção da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, demais órgãos do Estado, nessas contratações ou para qualquer outro direcionamento de recursos.

20. Remuneração dos administradores e benefícios a empregados

Os Administradores da Associação são contratados sob o regime CLT, e remunerados por meio de salários, que estão apresentados na rubrica "despesas com pessoal", no resultado do exercício. Os valores pagos para os administradores durante o exercício de 2025 foi de R$ 705 (R$ 1.400 em 2024). Não há remuneração, direta ou indireta, de conselheiros, e não há plano de pensão, previdência privada, ou benefício pós-emprego, de rescisão de contrato, ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e empregados.

Adicionalmente, a Associação também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus ou de participações.

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Associação possuía apenas instrumentos financeiros não derivativos que correspondem às aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários mencionados nas Notas Explicativas nº 3.

A Associação não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora, exceto pelo título de capitalização, mencionado na Nota Explicativa nº 4, utilizado para garantia do aluguel do imóvel que abriga o pessoal do administrativo, SisEB e BibliON.

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Associação adota a política de contratar coberturas determinadas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido:

- Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza;
- Danos elétricos;
- Danos por água;
- Equipamentos eletrônicos sem roubo;
- Equipamentos móveis;
- Roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento;
- Roubo de valores no interior das dependências do segurado;
- Roubo e furto qualificado de bens nas dependências do segurado;
- Vendaval.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros foram contratadas para os seguintes locais: Sede - Rua Faustolo, 576 – Água Branca – São Paulo | BSP - Av. Cruzeiro do Sul, 2.630 – Santana – São Paulo | BVL - Av. Queiroz Filho, 1.205 – Alto de Pinheiros – São Paulo | CCAP - Rua Tomé de Souza, 997 – Lapa – São Paulo).

23. Aspectos fiscais

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza sobre repasses de Contrato de Gestão);
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD).

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186, de 02 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS sobre as receitas próprias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com a Lei nº 9.718/98.

Com base na Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, serem isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532/97.

Após publicação do Decreto nº 8.426/2015, que revogou o Decreto anterior nº 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação.

ISSQN

A Associação recolhe ISS sobre serviços prestados, além das retenções de terceiros.

ITCMD – Imposto Transmissão Causa Mortis Doação

Em 06 de abril de 2022 a Associação ingressou com pedido de isenção do ITCMD junto a Secretaria de Estado da Fazenda, sendo concedida isenção para o período de 30 de novembro de 2022 a 30 de novembro de 2025.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovações destas demonstrações contábeis que requeressem divulgação.

Miguel Martin Gutierrez Filho
Diretor Executivo

ITALO BORGES DE SOUZA:22977025820

Assinado de forma digital por ITALO BORGES DE SOUZA:22977025820
Dados: 2026.03.09 15:31:52 -03'00'

Ítalo Borges de Souza
Contador
1SP302854/0-6